

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA  
E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR  
ATA DA 110ª REUNIÃO**

Data: 14 e 15 de junho de 2016.

Local: Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2 - Brasília/DF.

**REPRESENTANTES:**

**Ministério da Integração Nacional:** Pedro Emílio Pereira Teodoro

([pedro.teodoro@integracao.gov.br](mailto:pedro.teodoro@integracao.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente – ANA:** Luiz Henrique Pinheiro Silva ([luizhenrique@ana.gov.br](mailto:luizhenrique@ana.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente - SRHU:** Mirela Garaventa ([mirela.garaventa@mma.gov.br](mailto:mirela.garaventa@mma.gov.br));

**Ministério das Minas e Energia:** Maria Antonieta Mourão ([maria.antonieta@cprm.gov.br](mailto:maria.antonieta@cprm.gov.br))

**Conselhos Estaduais - MG/ES:** Thiago Figueiredo Santana

([thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br](mailto:thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MT/GO:** Ellen Kenia Pantoja ([ellenpantoja@sema.mt.gov.br](mailto:ellenpantoja@sema.mt.gov.br));

**Conselhos Estaduais - RJ/SP:** Leila C. Gomes ([lgomes@sp.gov.br](mailto:lgomes@sp.gov.br));

**Conselhos Estaduais - DF/PR:** Waldir Fabricio dos Santos

([waldir.fabricio@aguasparana.pr.gov.br](mailto:waldir.fabricio@aguasparana.pr.gov.br));

**Conselhos Estaduais – AL/RN:** Nelson Césio Fernandes Santos ([nelsonemparn@gmail.com](mailto:nelsonemparn@gmail.com));

**Conselhos Estaduais – PA/RO/AM:** Ausente;

**Irrigantes:** Gustavo dos Santos Goretti ([gustavo.goretti@cna.org.br](mailto:gustavo.goretti@cna.org.br));

**Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Paulo

Roberto da Veiga Franco ([pfranco@sanepar.com.br](mailto:pfranco@sanepar.com.br));

**Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica:** Jean de Carvalho Breves

([jean@cemig.com.br](mailto:jean@cemig.com.br));

**Indústria:** Claudia Salles ([claudia@ibram.org.br](mailto:claudia@ibram.org.br));

**Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** João Carlos de

Freitas Silva ([jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br](mailto:jcarlos.freitas@daee.sp.gov.br));

**Organizações não governamentais:** João Clímaco Soares de Mendonça

([fonascdbh@yahoo.com.br](mailto:fonascdbh@yahoo.com.br));

**Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** Tânia Lucia Graf de Miranda

([tania.miranda@lactec.org.br](mailto:tania.miranda@lactec.org.br)).

**DEMAIS PRESENTES:**

Rafaela Freitas ([rfreitas@cni.org.br](mailto:rfreitas@cni.org.br))

Célia Regina Bueno P. Poeta ([cpoeta@sp.gov.br](mailto:cpoeta@sp.gov.br));

Cristiane Martins de S. N. Castro( [Cristiane.castro@adasa.df.gov.br](mailto:Cristiane.castro@adasa.df.gov.br));

Maria Emília Borges Alves ([maria.emilia@agricultura.gov.br](mailto:maria.emilia@agricultura.gov.br));

Enaldo Ribeiro Santos ([enaldo@sds.sc.gov.br](mailto:enaldo@sds.sc.gov.br)).

**RELATORIA CTPOAR:** Anderson Bezerra ([anderson.bezerra@mma.gov.br](mailto:anderson.bezerra@mma.gov.br)).

**ASSUNTOS DISCUTIDOS (Dia 14 de Junho):**

Item 01 – Abertura / Informes: A presidente da CTPOAR, **Sra. Ellen Pantoja (Conselhos Estaduais - MT/GO)**, deu as boas vindas aos presentes e iniciou a 110ª reunião da câmara técnica. Inicialmente passou a palavra para a **Sra. Leila C. Gomes (Conselhos Estaduais - RJ/SP)** que informou que o DAEE disponibilizou para testes um sistema que possibilitará, em breve, solicitar outorga e cadastro de usos ou interferências nos corpos de água no Estado de São Paulo por meio da Internet e se colocou à disposição para apresentar melhor o sistema em uma próxima reunião. Item 02 – Aprovação da ATA da 109ª Reunião: a ata foi aprovada com poucas alterações sugeridas pelos

52 membros, com relação a erros de digitação e para melhorar o entendimento de algumas frases. *Item*  
53 *03 – Pareceres do Pedido de Vista para conhecimento dos membros da CTPOAR: proposta de*  
54 *resolução de usos considerados insignificantes*: A **Sra. Ellen Pantoja** deu um breve relato sobre os  
55 encaminhamentos do pedido de vista durante a 38ª Reunião Extraordinária do CNRH. Os pareceres  
56 do pedido de vista dos Conselheiros João Fernandes (CERH-PB) e João Clímaco (ACA-FONASC)  
57 serão analisados pela Plenária do Conselho durante sua 35ª Reunião Ordinária do CNRH, a ser  
58 realizada no dia 29 de junho de 2016. Inicialmente o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** comentou que a  
59 Agência Nacional de Águas debateu bastante os pareceres do pedido de vista e concordaram com  
60 dois pontos principais do Parecer do Conselheiro João Fernandes: 1º) Retirada das “acumulações” da  
61 resolução, pois, segundo ele, as acumulações ainda não estão regulamentadas. Corroborando com o  
62 Parecer do Pedido de Vista, justificou que a experiência com o tema é ainda insuficiente por parte das  
63 autoridades outorgantes ou principalmente dos comitês de bacia hidrográficas para a regulamentação  
64 desse tipo de interferência, seja na forma individual ou coletiva. Completou que as acumulações  
65 diferem e são muito mais complexas do que as derivações, captações e os lançamentos de efluentes,  
66 para os quais já foram definidos critérios técnicos, determinando limites individuais ou coletivos  
67 relacionados a usos de pouca expressão, insignificantes, com conhecimento adquirido suficiente para  
68 regulamentação dessa matéria. 2º) Supressão do art. 10 e seu parágrafo único que trata do  
69 cadastramento, pela autoridade outorgante, das derivações, captações, lançamentos ou acumulações  
70 de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, isentando e dispensando a  
71 outorga, exigindo uma declaração de regularidade e condicionando a validade cadastral. Com relação  
72 ao primeiro ponto discutido, segundo o parecer, esta situação já foi estabelecida e resolvida no art. 21  
73 da Resolução nº 16/2001. Como encaminhamento, após longo período de debates, a maioria dos  
74 membros da CTPOAR decidiu defender a proposta original da resolução, mantendo as acumulações.  
75 Durante a Plenária, os membros poderão orientar seus conselheiros quanto a manutenção das  
76 acumulações, conforme proposta original. Foi debatido ainda complementações dos artigos que citam  
77 acumulações, visando regulamentá-las. Para o art. 4º, que dita os critérios específicos a serem  
78 estabelecidos pelo órgão competente para derivação, captação, lançamento ou acumulação de  
79 volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os membros sugeriram a inclusão  
80 de incisos com o seguinte texto: “*percentual da vazão regularizável, no trecho do corpo hídrico ou*  
81 *da bacia hidrográfica como limite individual para as acumulações de volumes de água*” e “*limite*  
82 *percentual coletivo de acumulações referente à vazão regularizável*”. Se for necessário, estes incisos  
83 poderiam ser apresentados pelos conselheiros durante a plenária, e para isso a relatoria  
84 disponibilizará esta redação aos membros da CTPOAR. Com relação ao segundo ponto discutido,  
85 sobre cadastro dos usos considerados insignificantes, o **Sr. Luiz Henrique** comentou que a  
86 Resolução nº 126/2011, que estabelece diretrizes para o cadastro de usuários de recursos hídricos,  
87 define cerca de 39 campos de preenchimento sem diferenciação entre pequenos e grandes usuários, e  
88 por isso o pequeno usuário muitas vezes não necessita de preenchimento de tantos campos de  
89 informação, precisando basicamente informar as coordenadas geográficas, o nome do corpo hídrico,  
90 a vazão e a área irrigada. Informou ainda que a ANA está em discussão sobre a obrigatoriedade de  
91 cadastramento de todos os usuários de recursos hídricos, sujeitos ou não à outorga, e por isso a ANA  
92 acha prudente a retirada do artigo 10, considerando que este assunto deve ser considerado e  
93 amplamente debatido durante a revisão da resolução nº 16/2001. O **Sr. Thiago Figueiredo Santana**  
94 **(Conselhos Estaduais - MG/ES)** colocou sua preocupação com a retirada do artigo 10 na percepção  
95 do usuário que precisa apresentar um documento de regularidade de uso de recurso hídrico, quando  
96 este precisa fazer algum tipo de empréstimo em uma instituição bancária. Esta não obrigação de  
97 cadastramento ao órgão gestor dificultaria o empreendedor retirar um documento formal de  
98 regularidade. O **Sr. Luiz Henrique** comentou ainda que a ANA havia feito um cadastro de usuários  
99 de água e após este cadastro entrou em contato com a procuradoria jurídica da ANA informando que  
100 como estava de posse do cadastro, tomaria a iniciativa de outorga-los, mesmo não havendo a  
101 solicitação formal destes. Segundo ele, a procuradoria jurídica da ANA, na ocasião, emitiu parecer  
102 informando que, por lei, a iniciativa deve ser do cidadão. Esta informação ficou de ser confirmada

pelo Sr. Luiz Henrique, mas, a despeito disso, a ANA tem feito o cadastramento de usuários em regiões de conflito, assim como São Paulo, Minas Gerais, etc. A **Sra. Leila C. Gomes** pediu a palavra para dar um exemplo do estado de São Paulo, em uma Bacia do município de Mogi da Cruzes, onde o DAEE fez um cadastro de porta em porta, com mais de 5 mil usuários que irrigavam diversos tipos de culturas. A pretensão era a realização de uma outorga coletiva por trecho de rio. No entanto, houve usuário que declarou que não queria estar no mesmo ato de outorga de outros usuários e por isso não foi possível a emissão impositiva da outorga coletiva. Informou ainda que o Jurídico do DAEE considera que, para a emissão desta outorga coletiva, seria necessário a aceitação ou o pedido formal de todos os usuários, corroborando assim com o parecer jurídico da ANA no caso específico descrito pelo Sr. Luiz Henrique. O **Sr. João Clímaco** registrou a importância do Estado para a gestão de recursos hídricos, e não se deve ter uma visão reducionista no que diz respeito ao papel do estado para a preservação da ordem pública. Segundo ele, a CTPOAR está perdendo a oportunidade de ser proativa no sentido de se evitar conflitos através do cadastro, não concordando com a retirada do artigo 10 da proposta de resolução. Como não houve consenso a respeito da retirada do artigo 10, tomou-se como encaminhamento que cada membro discutiria com seu respectivo conselheiro para defesa ou não da permanência do cadastro na proposta de resolução. Quanto ao parecer do pedido de vista do **Sr. João Clímaco**, o próprio conselheiro explicou que seu parecer versava especificamente com relação aos artigos 6º e 7º, para que não haja diferenciação entre o pequeno e o grande usuário, para que os usos considerados insignificantes possam aparecer nas estatísticas quando de um licenciamento de grandes empreendimentos, e assim o pequeno usuário não saia prejudicado. Após um período de debates, alguns membros verificaram que seus questionamentos, quanto aos artigos 6º e 7º, já estariam, de certa forma, contemplados na proposta original da Câmara. Como não houve consenso, foi tomado o mesmo encaminhamento do pedido de vista da AESA, com cada representante, dos diferentes segmentos, responsável por dialogar com o seu conselheiro acerca da concordância ou não dos termos do Parecer da FONASC. Ao fim da discussão sobre os pedidos de vista, por nove votos e duas abstenções os membros concordaram com o seguinte encaminhamento: mantenha-se a proposta original da resolução e, caso a proposta volte para a CTPOAR, serão retomadas as discussões sobre o artigo 4º e seus incisos referentes às acumulações consideradas insignificantes, assim como discutir tecnicamente as questões sobre o cadastro de usos insignificantes. [Item 04 – Definição de encaminhamento acerca da proposta de resolução de bacias críticas:](#) A **Sra. Ellen Pantoja** informou que o encaminhamento da última reunião da Câmara com relação a bacias críticas foi que cada membro iria fazer uma revisão dos documentos discutidos até então, incluindo o relatório síntese do seminário de outorga em bacias críticas e suas apresentações, devidamente encaminhadas com antecedências aos membros da CTPOAR. Neste sentido, os membros passaram a discutir a necessidade ou pertinência de levar à diante a discussão de uma minuta de resolução com critérios e diretrizes de outorga em bacias críticas. O **Sr. Luiz Henrique** comentou que a minuta de Resolução de bacias críticas foi elaborada pela ANA, mas que já foi foco de discussões na CTPOAR por uma ou duas reuniões anteriores. O **Sr. Thiago Figueiredo Santana** perguntou se a ANA acha que seria possível que a revisão da resolução nº 16/2001 poderia abarcar não só a questão da outorga sazonal, mas também a outorga em bacias críticas, obtendo como resposta do Sr. Luiz Henrique que poderia sim ser também contemplada na revisão da Resolução nº 16/2001, mas que primeiramente a CTPOAR deveria discutir melhor os conceitos discutidos no Seminário de Bacias Críticas, destacando a questão da flexibilidade das vazões de referências, culminando com as disponibilidades de alguns setores usuários em flexibilizar os riscos de desabastecimento. O **Sr. João Clímaco** alertou para o conceito de criticidade que saiu do seminário de bacias críticas, falando que o que foi apresentado durante o evento foi essencialmente a criticidade por demanda (quantidade) e que a discussão deve avançar mais na questão da criticidade por qualidade da água. Como encaminhamento a CTPOAR listou os seguintes temas para discussão conceitual durante as próximas reuniões da Câmara: 1) conceituar criticidade; 2) distinguir escassez hídrica natural de conflito de demanda; 3) conceituar aspectos quali-quantitativos de criticidade, considerando águas superficiais e subterrâneas; e 4) oferta real vs oferta legal. Também como

encaminhamento para a próxima reunião, a Secretaria Executiva consultará a CONJUR/MMA sobre a legalidade da iniciativa do poder público na emissão de atos de cadastro ou outorga (há a competência legal do estado de cadastrar o usuário de recursos hídrico, ou mesmo emitir outorga de direito de uso do recurso hídrico de forma impositiva?). *Item 05 – Assuntos Gerais / Encerramento:* a **Sra. Leila C. Gomes** comentou que será publicada em breve uma resolução em São Paulo (CETESB) que integra questões de outorga e licenciamento, podendo ser apresentada na CTPOAR após sua publicação, o que poderá contribuir para uma futura revisão da Resolução CNRH nº 65/2006 que estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental. A data da próxima Reunião da CTPOAR ficou para ser definida durante a reunião conjunta com a CTAS, mas provavelmente em agosto de 2016. Não havendo mais itens de pauta, a Presidente da CTPOAR agradeceu a presença de todos e encerrou a 110ª Reunião da Câmara Técnica.

---

### **ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO CONJUNTA (DIA 15 DE JUNHO):**

*Abertura e informes:* Os presidentes da CTAS e CTPOAR deram as boas-vindas a todos, informando que a presente reunião conjunta visa continuar a discussão sobre a minuta de resolução de gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais, elaborada pelo GT composto por membros das duas câmaras técnicas, assim como debater as contribuições recebidas pela Secretaria Executiva do CNRH enviadas por diversos segmentos. Após uma rodada de apresentações dos membros, passou-se para o *Item 01 – Avaliação das contribuições e considerações recebidas a Proposta de Resolução que “Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União e os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão integrada”*: Inicialmente a palavra foi passada para o **Sr. Fernando Roberto de Oliveira (ANA)** para fazer uma breve contextualização da proposta de resolução e apresentar algumas metodologias para a avaliação integrada da disponibilidade hídrica subterrânea e superficial. Após expor os aspectos técnicos e metodologias para a gestão integrada, destacou que a integração deve facilitar a gestão no momento mais crítico do “hidrograma” e que as metodologias para as estimativas de escoamento de base devem ser de fácil aplicabilidade, considerando a realidade atual da gestão de recursos hídricos. O método HYSEP tende a superestimar a disponibilidade hídrica, se comparado com Q7, assim como a vazão Q7, conforme os dados apresentados, é conservadora enquanto indicativo de escoamento de base. Outro ponto destacado foi que a determinação da vazão de base e sua quantificação no escoamento superficial é quesito essencial para a gestão integrada. A integração deve facilitar a gestão no momento mais crítico do “hidrograma”. A Outorga e os Planos de Recursos Hídricos são os instrumentos da PNRH com maior impacto quanto à gestão integrada e que podem apresentar resultados práticos de forma mais imediata através da articulação entre a União e Estados e entre os Estados. Após sua apresentação, o **Sr. Fernando Roberto de Oliveira** continuou com a palavra para explicar a proposta da ANA sobre a minuta de Resolução de Gestão Integrada, apontando especificamente duas sugestões de cortes territoriais para a aplicação da resolução: uma delas excluiria regiões que apresentam precipitações acima de 2000 ml/ano, e o segundo em regiões que não apresentem estações secas pronunciadas. Nestas duas regiões, a presente minuta de resolução não seria considerada, uma vez que o foco principal da gestão integrada é em regiões de escassez hídrica. Foi exposto também que a proposta apresentada é fruto de entendimentos de várias superintendências da Agência. A Principal alteração em relação à minuta resultante da última reunião conjunta é a inclusão do Artigo 4º que trata especificamente das “diretrizes para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos”. Após breve período de questionamentos técnicos acerca da apresentação do Sr. Fernando Oliveira, o **Sr. Zoltan Romero** afirmou que a gestão integrada de recursos hídricos subterrâneos e superficiais aumentaria as disponibilidades hídricas, o que, segundo ele, é o inverso do



que foi apresentado pelo representante da ANA, e que ele poderia demonstrar através de sua apresentação prevista para o dia seguinte. Após solicitação dos membros para que, se possível, o Sr. Zoltan apresentasse sua palestra na presente reunião, uma vez que os membros das duas câmaras técnicas estavam presentes, o mesmo concordou em adiantar sua apresentação, demonstrando a parte conceitual do seu estudo, que tem como objetivo avaliar um modelo simples para quantificar os volumes retirados dos rios por poços, em virtude da conectividade hidráulica entre as águas superficiais e subterrâneas, com a finalidade de gerenciar as águas de forma integrada, evitando conflitos e maximizando o potencial para o desenvolvimento sustentável. Durante sua apresentação, destacou que para a gestão integrada se consolidar de forma eficiente, a exploração do aquífero deveria ser priorizada nos períodos de cheia do rio, onde o impacto desta exploração seria menor. Para isso deve haver a integração dos poços e dos rios, de tal forma que os poços só afetem os rios nos períodos de cheia. Dentre os resultados apresentados para o estudo do Sistema Aquífero Urucuiá, na Bahia, o Sr. Zoltan comentou que o mais adequado é a avaliação do volume que cada poço depleciona do rio e abater este volume de futuras outorgas de água superficial, e os modelos analíticos demonstraram poder calcular isto rapidamente para cada poço ou conjunto de poços. As retiradas, mesmo no pior cenário analisado, estariam comprometendo menos de 2% do escoamento de base regional, não devendo impactar fortemente na vazão dos rios, em escala regional. Ao final da apresentação, os membros entraram em consenso que a gestão integrada trará maior segurança na gestão de recursos hídricos e que é preciso avançar na elaboração da norma. Destacou-se a importância da proposta de resolução para que o tema ao menos seja discutido nos órgãos gestores, pois, por mais que já se tenha o entendimento dessa conectividade entre rio e aquífero, o tema não é normatizado e levado em consideração pelos órgãos gestores. A **Sra. Cláudia Salles (Indústria)** mostrou sua preocupação acerca do tema, pois as águas subterrâneas são de domínio dos estados, e não caberia ao CNRH legislar sobre as formas de gestão de águas que não são de seu domínio. No entanto, o Sr. Zoltan comentou que o CNRH deve dar diretriz gerais para que os órgãos gestores levem em consideração para a melhor gestão de recursos hídricos, por ser órgão consultivo e deliberativo. O **Sr. Nelson Césio Fernandes Santos (IGARN)** perguntou como fazer a gestão integrada variando a outorga para rios no período de cheia e para poços nos períodos de estiagem, pois os usuários deveriam possuir um sistema de “backup”, gerando um problema operacional que ainda não está claro ao seu ver. O Sr. Zoltan comentou que a resolução não entraria nesses detalhes operacionais, e que os órgãos gestores terão que avaliar qual a melhor forma de se implantar a gestão integrada em cada território, elaborando um plano de gestão integrada. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** também registrou suas preocupações com relação às expectativas que norteiam a proposta de resolução, em especial sobre questões de racionalidade do uso da água subterrânea para atividades econômicas, e também questões de sustentabilidade ambiental que envolvem a gestão integrada, que segundo ele, devem estar mais claramente expostos na proposta de resolução. O Sr. Zoltan comentou que a proposta de resolução trata sim de integração e articulação com o uso e ocupação do solo, para que sejam preservadas as áreas de infiltração e recarga de água subterrânea, pois isso significa a preservação dos reservatórios naturais, que são os aquíferos. Estas questões são claramente apontadas na Lei nº 9.433/1997, no seu art. 3º, uma das diretrizes gerais de gestão de recursos hídricos é a articulação com o uso e ocupação do solo, assim como no art. 31, que diz que, na implementação da gestão de recursos hídricos, ela deverá estar integrada com os municípios e com o uso e ocupação do solo. Após breve intervalo para o almoço, as discussões sobre a proposta de resolução de gestão integrada foram retomadas, sendo apresentada uma proposta de resolução com todas as contribuições dos diferentes segmentos de forma consolidada. Desta forma, passou-se a palavra para o representante do Serviço Geológico do Brasil apresentar suas contribuições para a proposta. A **Sra. Maria Antonieta Mourão (Ministério de Minas e Energia/CPRM)** falou como se deu o processo de análise e formulação das propostas apresentadas pelo Serviço Geológico do Brasil, tendo como premissa que a Minuta foi fruto de um grupo de trabalho consolidado no âmbito das Câmaras Técnicas do CNRH. As contribuições do Serviço Geológico do Brasil tiveram o objetivo de complementação da minuta, não modificando significativamente a estrutura da proposta. Em resumo,

as contribuições da CPRM versaram sobre a retirada dos "considerandos" da menção à resolução 107/2010, pois há uma proposta de alteração desta resolução, assim como inseriu nos "considerandos" um texto sobre gestão integrada. Descreveu também o que seria uma Área de Conexão Rio-Aquífero – ACRA e inseriu no artigo 4º parágrafos que tratam da integração do SNIRH e SIAGAS; da caracterização e quantificação das interações; da integração gradual de um sistema de monitoramento; da alocação de água e sobre fluxos subterrâneos em ACRA's adjacentes de bacias distintas. Por fim, destacou a atuação dos executores diretos definidos no Programa Nacional de Águas Subterrâneas (ANA, SRHU/MMA e CPRM) em relação ao termo "União". Após breves perguntas, a palavra foi passada para a representante da Indústria, a **Sra. Cláudia Salles e o Sr. Edmar Eufrásio de Araújo**, que apresentaram as contribuições do segmento para a minuta de resolução. Segundo eles, a referida minuta foi debatida no âmbito da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, coordenada pela CNI, e contou com contribuições das Federações de Indústria, em especial da Federação das Indústrias de Minas Gerais e de São Paulo. O setor industrial entende como urgente o envolvimento da Consultoria Jurídica do MMA no processo, dado que o estrito alinhamento com as competências dos entes citados e envolvidos é pressuposto para a aplicabilidade desta e de qualquer resolução do CNRH. É essencial que durante a elaboração de resoluções sejam minimizados, ao máximo, os riscos de contestações judiciais à norma ou à sua aplicação. Comentaram também sobre a dominialidade dos estados sobre as águas subterrâneas e que em muitos estados essa interface já é amplamente contemplada, com destaque para a o Estado de São Paulo. Com relação as UGRAs ou ACRA's, destacaram que a autoridade de uso e ocupação do solo constitucionalmente são os municípios, não cabendo ao CNRH a inclusão de competências para municípios. Com relação ao artigo 6º, questiona-se a competência dos Municípios para fazer a gestão de recursos hídricos. Caberá ao Município, como usuário titular do setor de saneamento, participar dos Comitês de Bacia e/ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme cada legislação estadual. Após outras observações, o segmento recomendou que ambas as Câmaras Técnicas em conjunto com os órgãos gestores de recursos hídricos se dediquem à publicação de “uma terminologia e conceitos consistentes com a interação das águas superficiais e subterrâneas” prevista no artigo 8º e, com base nesses, revisem a proposta de Resolução antes do encaminhamento da mesma à apreciação do CNRH. Concluídos os comentários sobre as contribuições da Indústria, a palavra foi passada para a **Sra. Ellen Pantoja (Conselho Estadual de Recursos Hídricos – MT/GO)** que informou que a equipe técnica do órgão gestor do Estado de Mato Grosso avaliou a Minuta de Resolução para Gestão Integrada e considerou que a proposta da ANA está mais completa e inclui todos os pontos principais da minuta atual. Segundo o segmento, um dos fatores positivos é a não caracterização de uma nova unidade de gestão. A proposta da ANA apresenta ainda os Marcos Regulatórios, que devem ser elaborados por porção de aquífero, aquífero ou sistemas aquíferos, abrangendo uma ou mais bacias ou sub-bacias (§3º, Art. 4º) evitando assim, conflito com a unidade estabelecida. Sugeriu a inclusão na proposta da ANA, como § 4º do Art. 4, o seguinte texto: “na elaboração dos Marcos Regulatórios, os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados e Distrito Federal poderão se articular com as autoridades de uso e ocupação do solo, as autoridades ambientais e com os comitês de bacias hidrográficas para estabelecer em conjunto as normas específicas de gestão”. Quanto aos sistemas de monitoramento, sugeriu que estes considerem os aquíferos existentes nas bacias hidrográficas, abrangendo estações fluviométricas, pluviométricas, poços de observação e os efeitos das extrações existentes, de modo a contribuir para a correta avaliação e quantificação da contribuição subterrânea e promover o aprimoramento das informações necessárias à gestão integrada. De uma forma geral, o segmento sugere a reestruturação da proposta de resolução discutida na última reunião, incorporando as contribuições da ANA e as sugestões citadas aqui. Por fim, o Conselho Estadual de São Paulo também apresentou suas sugestões para a minuta de resolução, através da **Sra. Luciana Martin Rodrigues Ferreira**, que comentou que as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e de Usos Múltiplos do CRH/SP analisaram a minuta de Resolução e concluíram que a minuta apresenta diretrizes institucionais e técnicas afetas à gestão integrada de recursos hídricos, em especial quanto a interligação superficial e subterrânea, que já estão amplamente contempladas em normas nos âmbitos

Federal e do Estado de São Paulo, inclusive Resoluções do CNRH. Acredita-se que algumas proposições extrapolam o poder normativo do CNRH, como a inclusão de competências ao município, ao indicar que esse ente deverá estabelecer normas específicas para área de conexão rio-aquífero dentro das bacias hidrográficas nas quais o seu território esteja circunscrito. A criação de Resolução CNRH nessa matéria deveria se restringir às formas de apoio aos Estados, aplicável naqueles com dificuldades no planejamento da gestão integrada de recursos hídricos. Dentre outras observações, sugeriram também nova ementa a proposta de Resolução: *estabelecer diretrizes para o planejamento e implementação da gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal*. Após apresentações das contribuições de cada segmento, passou-se para análise conjunta da minuta de resolução, de cada item proposto pelos segmentos, iniciando pela ementa. Após a alteração da ementa, acatando algumas contribuições do estado de São Paulo, os membros passaram para a análise dos artigos, deixando os “considerandos” para uma análise futura. A redação do Art. 1º ficou idêntica à ementa, e o Art. 2º ficou para ser analisado posteriormente, por se tratar de definições de termos que farão parte da proposta. Quanto ao Art. 3º, foi aprovado com o seguinte texto: “*a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos observará a existência da conectividade entre as águas superficiais e subterrâneas, para situações de aquíferos livres e rios perenes*”. Quanto ao seu parágrafo único, como não houve consenso quanto à sugestão da ANA de cortes territoriais para a aplicação da resolução, desconsiderando regiões com precipitações acima de 2000 ml/ano, assim como regiões que não apresentam estações secas pronunciadas, a definição do seu texto ficou para a próxima reunião. Para o Art. 4º, houve longa discussão sobre as diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e para a articulação entre a União e os Estados e o Distrito Federal. Como houveram várias contribuições para este artigo, tomou-se como encaminhamento primeiramente a análise da proposta da ANA. Foram feitas várias modificações, incluindo incisos que descrevem diretrizes para a gestão integrada nos planos de bacia, nos marcos regulatórios, no desenvolvimento de estudos e pesquisas e no monitoramento. Alguns ajustes no texto ficaram para serem feitos na próxima reunião conjunta, que está prevista para o dia 24 de agosto. Desta forma, os presidentes da CTAS e CTPOAR agradeceram a presença e contribuição de todos, finalizando a reunião no final da tarde do dia 15 de junho de 2016.

Ata aprovada na 111ª reunião, realizada nos dias 23 e 24 de agosto de 2016.

**Ellen Kenia Pantoja**

Presidente da CTPOAR

**Anderson Felipe de Medeiros Bezerra**

Relator da CTPOAR